

ATA NÚMERO UM

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 07 DE JANEIRO DE 2026

Aos sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e seis, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: Alexandre Filipe Fernandes Lote, que presidiu, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado e João Manuel Pina Gomes, Vereadores. -----

Maria Luísa Dias Gomes, Vereadora, encontrava-se ausente, por motivos devidamente justificados. -----

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente usou da palavra, cumprimentando os presentes e formulando votos de um bom ano, extensivos igualmente a todos os que acompanhavam a presente reunião em formato on-line, tendo informado que a Senhora Vereadora, Dra. Luísa Gomes, se encontrava ausente por estar a participar numa reunião da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, no âmbito da preparação da participação do Município de Fornos de Algodres nas feiras de turismo FITUR e BTL, a realizar, respetivamente, no final dos meses de janeiro e de março. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, prestando informações de caráter institucional e de proximidade com as coletividades e freguesias do concelho de Fornos de Algodres, dando conta de que marcou presença no jantar das camadas jovens da Associação Desportiva de Fornos de Algodres, ocasião em que teve oportunidade de reconhecer publicamente o trabalho desenvolvido pelo clube, pela respetiva Direção e por todos quantos colaboraram com a referida Associação, no sentido de promover e incentivar a prática desportiva junto dos jovens, bem como de assinalar o impacto relevante que a Associação Desportiva de Fornos de Algodres tem na comunidade fornense. -----

Informou ainda que esteve presente no Mercadinho de Natal, o qual se realizou sob condições climatéricas bastante adversas, circunstância que determinou a necessidade de alteração da sua localização para o Mercado Municipal, acrescentando que, não obstante existirem algumas divergências quanto ao local mais adequado para a realização futura do referido evento, considerou que, face às condições climatéricas então verificadas, o mesmo decorreu de forma globalmente positiva e agradável. -----

Informou igualmente que marcou presença na ceia de Natal da Freguesia da Matança, no almoço de Natal da Freguesia de Figueiró da Granja, na festa de Natal da Freguesia da Muxagata e no jantar de Natal da Freguesia de Fornos de Algodres. -----

Referiu igualmente que esteve presente no jantar das comitivas do Torneio de Futsal de Sub-15 realizado na região, tendo a maioria das equipas ficado alojada em Fornos de Algodres, acrescentando que marcou presença, no dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco, na missa de São Silvestre, em Figueiró da Granja, e que, no dia um de janeiro de dois mil e vinte e seis, esteve na comunidade das Fuinhas, a qual continua a manter vivas as suas tradições, referindo ainda que esteve presente na inauguração do percurso pedestre da Muxagata, no almoço das Janeiras no Rancosinho e, bem assim, na inauguração de um Gabinete de Estética em Fornos de Algodres. -----

No que respeita a reuniões e assuntos de trabalho, o Senhor Presidente informou que reuniu com o Dr. Pimentel no âmbito do processo judicial relativo às Águas de Portugal, tendo o recurso interposto por aquela entidade sido julgado improcedente pelo Tribunal Arbitral, com decisão favorável às Câmaras Municipais, acrescentando que, não obstante se considerar, numa fase inicial, que a litigância não teria continuidade, o Município de Fornos de Algodres voltou a ser notificado de novo recurso apresentado pelas Águas de Portugal, sublinhando, contudo, que, na sua perspetiva, será muito difícil que aquela entidade consiga reverter sucessivas decisões proferidas por instâncias superiores, considerando, por isso, que o processo se encontra devidamente fundamentado e bem encaminhado; referiu ainda que, desde o ano de dois mil e doze, não foram pagos honorários ao Dr. Pimentel, encontrando-se os municípios envolvidos a ponderar, para o ano de dois mil e vinte e seis, o enquadramento jurídico e a eventual regularização dos honorários associados ao referido processo, analisando-se, para o efeito, o modelo de contratação mais adequado, atendendo a que os serviços foram prestados a um conjunto alargado de autarquias; informou igualmente que, no que respeita às faturas emitidas no período compreendido entre dois mil e doze e dois mil e catorze, os municípios consideram pertinente solicitar a realização de uma auditoria às respetivas contas, de modo a que os efeitos da decisão do Tribunal possam repercutir-se igualmente nas faturas relativas ao período de dois mil e quinze a dois mil e vinte e cinco, por se entender que, sendo reconhecida a existência de pagamentos excessivos no período inicial, tal situação se terá mantido nos anos subsequentes, acrescentando, neste contexto, que existe a intenção, por parte de todos os municípios envolvidos, de solicitar a auditoria à mesma entidade, assegurando, assim, uniformidade de critérios, igualdade de tratamento e coerência nos cálculos efetuados, prevenindo eventuais desigualdades no âmbito do processo negocial com as Águas de Portugal. -----

O Senhor Presidente informou ainda que esteve presente na reunião final de auditoria da qualidade ao Município de Fornos de Algodres, no âmbito da qual foi renovada a certificação ISO 9001, tendo sido identificadas três não conformidades de carácter menor, que serão facilmente supridas. Acrescentou que havia igualmente reunido com a Junta de Freguesia de Algodres, com o objetivo de alinhar prioridades de articulação, de acordo com as necessidades daquela freguesia. Informou ainda que, relativamente à sua agenda para os próximos quinze dias, estará presente numa reunião do Conselho Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela e que, no dia 9 de

janeiro, marcará presença na cerimónia de homenagem ao ex-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Fonseca, atual Presidente da Assembleia Municipal, tendo, nesse sentido, endereçado convite aos Senhores Vereadores para participarem na mesma. Acrescentou ainda que a referida homenagem é promovida pela Liga dos Bombeiros Portugueses, realizar-se-á no Salão Nobre dos Paços do Município, seguindo-se um jantar num restaurante de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, informando que marcará igualmente presença no Encontro com os dirigentes das IPSS(s) de Fornos de Algodres, a realizar no dia 15 de janeiro, no âmbito de um projeto que tem vindo a ser desenvolvido com reconhecida qualidade, em particular sob a coordenação da Dra. Rosa Costa, designadamente a cooperativa de IPSS(s) denominada "Rizomaviva". Acrescentou que terá ainda uma reunião com o Senhor Presidente do IHRU no dia 16 de janeiro numa reunião da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra, cumprimentando e desejando um bom ano de 2026 a todos os presentes, bem como a quem acompanhava a presente reunião em formato on-line, tendo ainda aproveitado a ocasião para endereçar os seus parabéns ao Senhor António Cardoso, que se encontrava presente na reunião, na qualidade de público, e que celebrava o seu aniversário. -----

Começou por informar que o processo de modernização administrativa relativo à implementação das assinaturas digitais ficou concluído na presente reunião, tendo sido ministrada a respetiva formação aos Senhores Vereadores da oposição, pelo que, a partir desta data, toda a documentação passará a ser assinada digitalmente, o que, para além de tornar o procedimento mais simples e célere, permitirá uma significativa redução do consumo de papel. -

Proseguiu a sua intervenção informando que foi efetuada a subscrição do Município de Fornos de Algodres ao Pacto da Economia Circular do Centro, um programa promovido pela CCDR Centro, que envolve diversas entidades dos setores público e privado, incluindo instituições universitárias. Ainda no âmbito desta matéria, sublinhou que se trata da adesão ao terceiro pacto, cuja temática incide sobre a recolha porta-a-porta de resíduos urbanos, recordando que o Município já esteve representado no primeiro e no segundo pactos. Neste contexto, informou que será proposta a Engenheira Inês Madeira como representante do Município de Fornos de Algodres no referido pacto, sob a coordenação do Senhor Vereador Bruno Costa e do Senhor Eng.^o Paulo Santos. Acrescentou ainda que o referido pacto se encontra aberto à adesão de municípios, instituições e empresas, referindo que, no pacto anterior, participaram mais de uma centena de entidades, as quais partilharam experiências suscetíveis de serem adotadas e ajustadas por outras, constituindo uma mais-valia para todos os envolvidos. ----

Relativamente à decisão de adesão ao terceiro pacto, tomada no dia anterior, o Senhor Vereador Bruno Costa sublinhou que a mesma se encontra diretamente relacionada com uma candidatura aprovada na semana anterior, no âmbito da gestão de resíduos urbanos, a qual havia sido submetida em março do ano transato e cuja aprovação apenas ocorreu agora. Ainda relativamente a esta matéria, informou que o investimento previsto ascende a duzentos e dezasseis mil euros, acrescidos de IVA, sendo comparticipado em 85%, tendo como objetivo o alargamento do sistema de recolha porta-a-porta às restantes freguesias do concelho. Acrescentou que se pretende iniciar, em fevereiro do corrente ano, a entrega de baldes e as ações de sensibilização junto da população

das freguesias de Casal Vasco e Ramirão, tendo como objetivo primordial, conforme estabelecido no referido pacto, que até ao final de 2026 todo o concelho se encontre abrangido pelo sistema de recolha porta-a-porta. Referiu ainda que o referido investimento contempla, designadamente, a aquisição de viaturas elétricas, a realização de campanhas de sensibilização e a aquisição de diversos equipamentos, entre outras ações, razão pela qual será apresentada, em breve, uma alteração às Grandes Opções do Plano, a integrar no Orçamento Municipal. -----

Mais informou o Senhor Vereador Bruno Costa que, tanto na presente reunião, como em reuniões futuras, dará nota do ponto de situação de políticas que têm vindo a ser executadas nos últimos anos, por forma a que todos se sintam elucidados e, neste sentido, sublinhou que no que diz respeito ao Espaço Energia, até à data, foram submetidas doze candidaturas, no âmbito do Programa E-LAR, estando oito já aprovadas, quatro em validação e três à espera de documentação para a respetiva submissão e validação, sendo que já foram entregues oito vouchers, embora ainda não tenham sido ativados pelos requerentes, continuando-se em articulação com os mesmos, no sentido de se fazer o devido acompanhamento até à respetiva instalação. Informou ainda que o montante de vouchers já ativados ronda os seis mil e quinhentos Euros, considerando este apoio extremamente positivo. -----

Relativamente à plataforma “O Bom Sabor da Serra”, o Senhor Vereador Bruno Costa informou que, na sequência de observações anteriormente efetuadas pelo Senhor Vereador Rui Furtado, designadamente no que respeita à componente da comunicação, durante o período natalício foi reforçada a estratégia de divulgação, tendo-se registado, no ano de 2025, um volume de vendas na ordem dos doze mil euros, dos quais cerca de quarenta por cento, correspondem aos últimos dois meses do ano. Acrescentou ainda que, conforme é do conhecimento geral, a plataforma foi alvo de um ataque informático nas redes sociais, situação que já se encontra controlada, não estando atualmente visível, devendo ser tomada, a curto prazo, uma decisão quanto à eventual integração da mesma na Loja do Bairro, optando-se por um único canal de comunicação, ou, em alternativa, pela manutenção de ambos os meios. Informou igualmente que, comparativamente ao ano de 2024, se verificou um aumento das vendas em dezembro de 2025, explicando que, atendendo à diminuição da disponibilidade de Queijo Serra da Estrela DOP, resultante do envelhecimento do tecido produtor, foi necessário encontrar soluções diferenciadoras de apoio ao setor, tendo sido ativada a venda de Queijo Serra da Estrela DOP da Lactoceleiro, o que teve impacto positivo nas vendas daquele período. Ainda relativamente a esta matéria, sublinhou que o setor do Queijo Serra da Estrela DOP se encontra envelhecido, tornando-se necessário encontrar soluções céleres e ajustadas à realidade atual, contando-se, para o efeito, com o apoio do Técnico João Gomes da Câmara Municipal, no sentido de analisar a eventual possibilidade de comercialização de queijo não certificado através da referida plataforma. - No que respeita à auditoria externa, o Senhor Vereador Bruno Costa informou que foram identificadas três não conformidades e oito oportunidades de melhoria. Relativamente às não conformidades, esclareceu que já haviam sido remetidas à entidade auditora, no dia anterior, as respetivas propostas de resolução, as quais, caso venham a ser aprovadas, serão integradas num Plano de Ação, com vista à sua implementação até à próxima auditoria, permitindo assim a sua plena regularização. Quanto às oportunidades de melhoria identificadas, sublinhou que,

embora a auditora tenha reconhecido que os processos se encontram a ser corretamente executados, foram deixadas algumas recomendações com o objetivo de otimizar e melhorar os procedimentos existentes, encontrando-se algumas dessas recomendações já em fase de execução. Relativamente à próxima auditoria, esclareceu que a mesma será uma auditoria de renovação, enquadrada num ciclo de certificação de três anos, sendo que as duas auditorias subsequentes são de acompanhamento e a terceira corresponde à renovação, acrescentando que, enquanto as auditorias de acompanhamento incidem sobre uma amostragem de processos, a auditoria de renovação abrange a totalidade dos processos internos da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, no âmbito da certificação. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, bem como o público que acompanhava a presente reunião em formato on-line, e começou por referir que, na sequência da reunião de Câmara realizada no Casal Vasco e da sessão da Assembleia Municipal, ficou com algumas dúvidas, designadamente no que respeita ao encargo associado à taxa de juro do financiamento atualmente existente no Município. Nesse sentido, questionou se o Executivo Municipal deverá ponderar a renegociação da referida taxa ou se a mesma se encontra alinhada com as condições praticadas no mercado, sublinhando que as taxas de juro constituem despesas certas e garantidas. -----

Relativamente à questão do IMI, o Senhor Vereador Rui Furtado sublinhou que tem conhecimento de que a respetiva taxa foi reduzida há cerca de três anos, de 0,45% para 0,41%, tendo o Senhor Presidente esclarecido que tal diminuição ocorreu em resultado de uma decisão do executivo. Neste contexto, o Senhor Vereador Rui Furtado referiu que o FAM autorizou essa redução por ter considerado que a mesma não acarretaria penalização para o Orçamento Municipal e, nesse seguimento, manifestou interesse em compreender qual o peso efetivo da Derrama no orçamento municipal, uma vez que se trata de uma receita residual, admitindo que poderia ser ponderada a sua redução ou até a eventual isenção total para as empresas, o que constituiria uma mais-valia para o tecido empresarial. -----

Ainda relativamente à última sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Vereador Rui Furtado referiu ter ficado com algumas dúvidas, uma vez que, durante a campanha eleitoral, foi referido que já existiria um contrato de financiamento celebrado com a CCDR Centro para a zona industrial dos Juncais, no montante aproximado de três a quatro milhões de euros, tendo, contudo, o Senhor Presidente mencionado, na referida sessão, que ainda não existe nada de concreto. Nesse sentido, o Senhor Vereador Rui Furtado questionou quais as intervenções previstas para o referido espaço e se a situação em causa será acautelada no Orçamento Municipal para 2026. -

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra cumprimentando e desejando um bom ano a todos os presentes, assim como a todo o auditório que acompanhava a presente reunião, on-line, fazendo votos para que o trabalho levado a efeito pelo Executivo Municipal seja de facto efetivo e que dele resulte o aumento da qualidade de vida de todos os fornenses e um próspero desenvolvimento do concelho de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Vereador João Gomes prosseguiu a sua intervenção, dando uma nota mais pessoal e não propriamente técnica, que se prendeu com a manifestação da sua concordância com o facto de o Senhor Presidente ter estado envolvido na sociedade fornense e integrado em tudo o que a população tem vindo a desenvolver, nomeadamente,

jantares, almoços, inaugurações, no entanto, sublinhou que, por vezes, as gratificações emocionais e pessoais que o Senhor Presidente vai sentindo, e vai claramente sentir ao longo dos próximos anos, poderão modelar os seus sentimentos e até acabar por diminuir a ambição e o respetivo foco no que realmente é importante, nomeadamente no colmatar das muitas falhas que se verificam no concelho de Fornos de Algodres, uma vez que há muita obra que precisa de ser feita e há muito desenvolvimento económico que precisa de ser levado a efeito. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador João Gomes acrescentou que o acompanhamento da população é, sem dúvida muito importante, mas convém não esquecer que se precisa de obra, precisa-se da estrutura, apelando neste sentido para que, embora se valorize a parte emocional, se mantenha o foco sempre presente, fazendo o melhor pela terra, a nível estrutural. -----

No que diz respeito à explanação do Senhor Vereador Bruno Costa, relativamente à questão do apoio ao setor primário, o Senhor Vereador João Gomes sublinhou que o referido assunto se reveste da maior importância e que, na qualidade de Técnico do Município, estará sempre disponível para trabalhar em prol do desenvolvimento da terra, tal como sempre esteve, desde que começou a desempenhar funções na Câmara Municipal, mediante as suas responsabilidades e as suas competências. Ainda relativamente a esta temática, e tal como havia referido numa das últimas reuniões, o Senhor Vereador João Gomes referiu que deverá ser elaborado um plano estratégico integrado, que vise a dinamização da agricultura, da ovinicultura e da floresta. -----

No que concerne à preparação do orçamento municipal, e no seguimento do envio das propostas por parte dos Senhores Vereadores da oposição, o Senhor Vereador João Gomes questionou se eventualmente haviam sido equacionadas e incluídas no mesmo, uma vez que, embora não sejam muito quantificáveis, sugerem alguns trâmites importantes a seguir. -----

O Senhor Vereador João Gomes prosseguiu a sua intervenção fazendo referência à possível reestruturação do edifício da Cooperativa dos Olivicultores, situada na Estrada Nacional 16, um edifício com uma grande qualidade arquitetónica e que mantém no seu interior os equipamentos antigos, inerentes à produção de azeite. Acrescentou ainda que se trata de um edifício que poderia ser uma mais-valia para Fornos de Algodres, onde poderia ser construído um espaço museológico, aproveitando os seus equipamentos e eventualmente incluir um restaurante com alguma qualidade, eventualmente através de uma parceria com um Chefe de cozinha, no sentido de se conseguir manter a tradição secular, sendo que, para além da benesse de criação de alguns postos de trabalho, também se conseguiria atrair turistas. Informou também que em 2006/2007 foi elaborado um projeto para o referido edifício, no entanto, por vários motivos, não avançou e, embora tenha conhecimento de que o edifício não pertence ao Município de Fornos de Algodres, mas sim à Cooperativa de Agricultores de Fornos de Algodres – Foral, considera que eventualmente se pudesse criar uma parceria com a referida entidade, no sentido de alavancar a vila de Fornos de Algodres e até o próprio concelho. O Senhor Vereador João Gomes prosseguiu a sua intervenção fazendo referência às árvores urbanas da vila de Fornos de Algodres e, uma vez que uma das premissas do Executivo Municipal é precisamente a questão ambiental, começou por enunciar as vantagens das referidas árvores, nomeadamente o sombreamento, a paisagem, o aspeto visual e o facto de serem habitats para muitas outras espécies e de contrariarem o efeito das alterações climáticas, nomeadamente as temperaturas altas e as

vagas de calor, através do arrefecimento do local onde se situam, para além de que purificam a qualidade do ar. Neste contexto, acrescentou também que se deveria prestar a máxima atenção às árvores, uma vez que fazem parte integrante do “modus Vivendi”, não só em Fornos de Algodres, mas também em todas as cidades e, como tal, é fundamental que sejam consideradas como seres vivos e como infraestruturas da terra, que merecem os melhores cuidados. Referiu ainda que nos últimos anos têm sido feitos alguns tratamentos por causa dos insetos que se encontram nas folhas e também para que não sujem as ruas, no entanto poder-se-á fazer muito mais, para além de que as podas que costumam ser efetuadas não são as corretas, uma vez que são constantes e muito severas, cortando todas as varas e todos os ramos, o que debilita significativamente a árvore. Referiu também que cada corte representa uma ferida, em que entram fungos e bactérias, para além de que quando se cortam todas as varas, parte das raízes diminuem a sua atividade, o que impede o crescimento das árvores. Neste contexto, o Senhor Vereador João Gomes propôs que se façam podas seletivas e adequadas às árvores, deixando-as crescer livremente, no sentido de se salvaguardar as infraestruturas, as comunicações e também a rede elétrica. A título de exemplo referiu que as árvores da Estrada Nacional 16 estão completamente decrépitas e debilitadas e nunca dão flor, uma vez que são juvenis e não devem sequer ser podadas. Face ao exposto, o Senhor Vereador João Gomes apelou que se comece a olhar para as árvores com outra seriedade, por forma a que todos possam usufruir do coberto arbóreo e até, eventualmente, aumentá-lo, em determinados locais. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que, relativamente à aprovação da candidatura destinada ao alargamento da recolha porta-a-porta de biorresíduos a todo o concelho, importa salientar que, uma vez mais, a Resistrela, à semelhança das restantes entidades, procedeu ao aumento do valor a pagar em alta por tonelada de resíduos depositados nos contentores de resíduos indiferenciados. Nesse sentido, sublinhou a importância de todos os municípios e empresas do concelho de Fornos de Algodres terem presente que a deposição de resíduos nos contentores verdes existentes na via pública onera diretamente o Município, ao passo que a correta separação e desvio dos recicláveis e dos biorresíduos desses contentores contribui para a redução dos custos suportados em alta, tornando o sistema mais sustentável. Neste contexto, apelou ao reforço dos hábitos de reciclagem por parte de todos, contribuindo assim para a sustentabilidade do Município de Fornos de Algodres e permitindo uma maior capacidade de investimento em áreas como a educação, a saúde e os setores agrícola e florestal. -----

No que respeita ao proferido pelo Senhor Vereador Rui Furtado, o Senhor Presidente esclareceu que a taxa de juro associada ao empréstimo contraído pelo Município de Fornos de Algodres se encontra indexada à taxa de juro da República, situando-se atualmente em 0,92%, acrescentando que poderá ser solicitada ao FAM informação relativa à previsão da taxa de juro a aplicar no próximo ano, com vista à sua disponibilização aos Senhores Vereadores da oposição, sublinhando ainda que foi transmitido pelo FAM ser impossível a qualquer entidade competir com a taxa de juro atualmente praticada, a qual, não obstante ser baixa, se encontra associada a um montante de capital elevado, circunstância que determina encargos financeiros globais significativos.-----

Relativamente à Derrama, informou que a mesma representa um valor aproximado de sessenta mil euros anuais. Quanto à taxa de IMI, referiu que a Lei do FAM contempla um artigo que permite a sua redução, desde que se comprove que tal não compromete a execução da receita nem o equilíbrio entre a receita e a despesa. No caso

da derrama e da participação variável do IRS a própria lei não permite reduções e obriga a aplicar a taxa máxima, não sendo por isso possível discutir sequer com o FAM a redução de taxas. No que concerne à Zona Industrial de Juncais, sublinhou que, no âmbito do Pacto da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, se encontram cabimentados um milhão e duzentos mil euros, encontrando-se em fase final de elaboração o RECAP – Relatório de Conformidade com o Estudo de Impacto Ambiental, relativo à primeira fase da intervenção, com o objetivo de, até ao final do corrente mês, ser prestada resposta à CCDR Centro e ultrapassada a situação pendente. Acrescentou ainda que o custo estimado da primeira fase da intervenção na Zona Industrial de Juncais ronda os quatro milhões e quinhentos mil euros, valor que, no atual contexto, não é possível acomodar no Orçamento Municipal, por inexistência de margem orçamental que permita a sua execução integral. Referiu que, no âmbito do diálogo mantido com a CCDR, foi transmitido que, para além do montante de um vírgula dois milhões de euros, aquela entidade manifestou disponibilidade para apoiar o Município de Fornos de Algodres no cumprimento daquela que é a sua grande prioridade para o presente mandato, tendo reiterado, conforme já referido em sede de Assembleia Municipal, que, assim que a questão do RECAP se encontre resolvida, será apresentada nova candidatura, procurando-se assegurar novo financiamento, sob pena de não ser possível concretizar a referida infraestrutura, reafirmando que o Município não avançará com a obra caso não disponha de um envelope financeiro claramente superior, que permita salvaguardar a sustentabilidade e o equilíbrio das contas municipais; nesse sentido, informou que a CCDR afirmou que, para projetos devidamente estruturados e considerados bons projetos, existirá sempre apoio, estando previstas novas reuniões com aquela entidade com vista ao avanço da obra, tendo dado como exemplo o processo do Mercado Municipal, cujas dificuldades iniciais de financiamento acabaram por ser ultrapassadas. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente afirmou que considera importante que os municípios saibam onde o Presidente se encontra e acompanhem a sua atividade, sublinhando que é essencial manter uma presença próxima junto das pessoas e das coletividades, acrescentando que não se deixa acomodar nem moldar por esse exercício de proximidade, nem perde o foco no contributo para o desenvolvimento do concelho, salientando ainda que essa presença constante, que tenciona manter, permite igualmente identificar situações que incomodam ou que são consideradas relevantes para a vida do concelho, reforçando, desse modo, a sua determinação em corresponder com responsabilidade e empenho à confiança que lhe foi depositada pelos municípios.-----

Relativamente à questão do Orçamento Municipal, o Senhor Presidente informou que se verificou a necessidade de inscrever alguns programas com dotação inicial nula, em virtude da elevada pressão orçamental decorrente das obras de requalificação do Bairro do Ténis e da construção da Creche de Infias. Acrescentou ainda que algumas das propostas apresentadas pelos Senhores Vereadores da oposição serão ponderadas e, sempre que possível, integradas no referido documento. -----

No que diz respeito à questão da cooperativa dos olivicultores, e conforme referido pelo Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente informou que o referido espaço é propriedade da Cooperativa Foral, pelo que se pretende estabelecer contacto com os respetivos responsáveis, no sentido de se procurar uma solução

enquadrável nos programas de apoio ao turismo atualmente existentes. Nesse contexto, acrescentou que deverá ser avaliada a viabilidade de a candidatura ser apresentada pelo Município de Fornos de Algodres ou, em alternativa, pela própria Cooperativa Foral, uma vez que, em determinados casos, as entidades públicas beneficiam de maiores taxas de financiamento para projetos de natureza museológica. Referiu ainda que, posteriormente, poderá vir a ser ponderada a celebração de um contrato de comodato, com vista à devolução do imóvel à Cooperativa Foral. Sublinhou, por fim, que se trata de um espaço marcante na vida da vila de Fornos de Algodres, de elevado valor arquitetónico, bem localizado e profundamente enraizado na memória coletiva dos fornenses, motivo pelo qual o assunto deverá ser devidamente discutido com a Cooperativa Foral. -----
Relativamente à questão das árvores urbanas, o Senhor Presidente referiu tratar-se de uma das suas principais preocupações, manifestando a intenção de promover uma maior presença de espaços verdes no tecido urbano, contribuindo para a mitigação do predomínio do edificado e do “cinzento” em favor do “verde”. Acrescentou, contudo, que a seleção dos locais para a plantação de árvores exige particular cautela, uma vez que poderá implicar constrangimentos ao nível das infraestruturas existentes. -----

Ainda sobre esta matéria, salientou que se verifica uma carência significativa de arborização em diversas zonas da vila, designadamente na área envolvente da Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres e na zona superior do Mercado Municipal, entre outras, reconhecendo que subsiste um trabalho relevante a desenvolver no domínio da arborização urbana. -----

No que respeita às intervenções de poda, o Senhor Presidente referiu confiar plenamente no trabalho técnico desenvolvido, destacando o desempenho da Eng.ª Inês Madeira, bem como o trabalho anteriormente realizado pelo Eng.º Lopes, considerando que, nos últimos anos, se registou uma melhoria substancial nesta área, dando nota de que dará resposta na próxima reunião de Câmara às questões colocadas. -----

No que diz respeito ao Plano Estratégico Integrado para a Agricultura e Floresta, referido pelo Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente sublinhou que o próximo semestre será decisivo, uma vez que já se encontra em curso a discussão do próximo quadro de apoio comunitário. Acrescentou que, embora a Comissão Europeia venha a conceder maior margem de autonomia aos Estados na definição dos seus planos regionais, tal circunstância suscita alguma preocupação, atendendo à persistência de uma visão excessivamente centralizadora na respetiva execução. Nesse sentido, referiu ser fundamental acompanhar de forma atenta este processo, de modo a salvaguardar que os municípios do interior não sejam prejudicados e possam continuar a recorrer às estruturas de apoio existentes, designadamente ao Programa LEADER, implementado a nível local através dos Grupos de Ação Local (GAL), com vista ao apoio aos agricultores e aos jovens empresários que pretendam fixar-se no território. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra e, relativamente a uma das propostas apresentadas pelos Senhores Vereadores da oposição para inclusão no Orçamento Municipal para 2026, relacionada com a área do saneamento básico, referiu tratar-se de uma matéria que carece de uma solução urgente. Todavia, salientou a existência de um constrangimento estrutural, uma vez que, aquando da afetação de financiamento para esta infraestrutura, por opção do Executivo então em funções, foi decidido proceder apenas à construção da ETAR de

Figueiró da Granja e à remodelação da estação de tratamento de águas residuais situada na Estação, ao contrário do que sucedeu noutras municípios, designadamente Sabugal, Seia ou Oliveira do Hospital, onde foram construídas ETAR em várias freguesias. -----

Ainda sobre esta matéria, o Senhor Vereador Bruno Costa referiu que, aquando do início das suas funções no Município de Fornos de Algodres, uma das primeiras medidas adotadas foi a limpeza das fossas sépticas existentes no concelho, tendo-se posteriormente avançado, com recurso a capitais próprios, para a construção gradual de infraestruturas de saneamento, nomeadamente em Vila Ruiva, na zona da Fundação INATEL, que até então não dispunha desse serviço, bem como no Lar do Ramirão, num investimento global que rondou os duzentos e cinquenta mil euros. Informou ainda que, anteriormente, os municípios que não se encontravam agregados em empresas intermunicipais ou noutras entidades de gestão não dispunham de acesso a financiamento nesta área, situação que, entretanto, se alterou, passando esses municípios a poder beneficiar de taxas de comparticipação na ordem dos 75%, enquanto os municípios agregados usufruem de financiamentos na ordem dos 85%. Relativamente ao caso concreto do Município de Fornos de Algodres, uma vez que não se encontrava agregado, optou-se pela submissão, junto da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), de dois projetos distintos, sendo um destinado à construção de novas infraestruturas e outro à remodelação de três infraestruturas existentes, encontrando-se atualmente os respetivos projetos na fase de elaboração das especialidades, com vista à apresentação das candidaturas até ao mês de março, para um investimento global superior a meio milhão de euros. Informou ainda que não foram incluídas todas as situações que carecem de resolução, prevendo-se a sua inclusão numa fase subsequente, encontrando-se, para o efeito, previstas rubricas no Orçamento Municipal, de modo a permitir que, logo que a candidatura venha a ser aprovada pela CCDR Centro, se possa avançar de imediato para a execução no terreno. No que diz respeito à questão do arvoredo e às intervenções de poda, o Senhor Vereador Bruno Costa sublinhou que deposita total confiança no trabalho desenvolvido pela Eng.^a Inês Madeira, considerando tratar-se de uma das técnicas mais qualificadas nestas matérias, tendo ainda informado que, brevemente, e o mais tardar até março de 2026, o Plano de Arvoredo e o respetivo regulamento serão apresentados em reunião de Câmara. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra referindo que relativamente ao aumento dos custos em alta, caso se utilize os contentores verdes para colocação de resíduos indiferenciados, trata-se de uma informação de bastante relevância que deverá ser bem comunicada aos municípios e relativamente à candidatura elaborada no âmbito da recolha de resíduos, porta-a-porta, questionou qual será o valor de capitais próprios que o Município de Fornos de Algodres terá de pagar. No que concerne à questão das fossas sépticas e das ETAR, o Senhor Vereador João Gomes referiu que desconhece, em pormenor, o enquadramento inicial apresentado pelo Senhor Vereador Bruno Costa, acrescentando que, muitas vezes, a história pode ter várias versões, existindo diferentes contextos e vicissitudes, e que, tal como foi referido na última Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente, se deve olhar para o futuro em todas as circunstâncias e não de forma casuística ou conforme a conveniência do momento, manifestando a sua plena concordância com a necessidade de se proceder a um adequado encaminhamento dos resíduos, por forma a assegurar a manutenção de um concelho ambientalmente cuidado, saudável e sustentável.-

No seguimento da intervenção do Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente esclareceu que, relativamente à questão do contexto histórico, o mesmo deve ser tido em consideração, na medida em que pode condicionar o presente e o futuro, sem prejuízo de reiterar que o seu foco principal se encontra orientado para o futuro. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa interveio, referindo que a questão levantada relativa à comunicação constitui um sinal positivo, por resultar de uma candidatura aprovada que impõe a obrigatoriedade dessa mesma comunicação, esclarecendo que o montante de fundos próprios associado à candidatura relativa à recolha de resíduos porta-a-porta ronda os cinquenta mil euros, existindo um mecanismo de recuperação do IVA, embora subsistam ainda algumas dúvidas quanto à sua efetiva aplicação, sendo que, caso tal mecanismo venha a ser concretizado, o encargo financeiro para o Município ascenderá a cinquenta mil euros, sem IVA. Ainda relativamente à questão do arvoredo urbano público, o Senhor Vereador João Gomes sublinhou que a sua intervenção anterior não se referiu a qualquer técnico em particular, pretendendo apenas ressalvar que as podas são realizadas de forma rotineira, procedendo-se anualmente ao corte severo das referidas árvores, circunstância que impede o seu crescimento adequado e o cumprimento pleno da sua função, apresentando exemplos concretos, e reconhecendo que se trata de uma metodologia transversal a vários municípios, sugeriu que os técnicos e o executivo passem a encarar esta matéria com maior atenção, sensibilidade e reflexão, reforçando, uma vez mais, que não está em causa a competência dos técnicos, mas sim esta forma rotineira de atuação, tanto no Município como noutras municípios.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1-PROPOSTA DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025, PARA APROVAÇÃO. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, sugerindo que, relativamente a este ponto, se possa, no futuro, cumprir o disposto no Regimento, remetendo as sugestões de alteração diretamente à Dra. Célia Candeias, em momento prévio à reunião, o que permitirá a discussão e eventual aprovação das referidas alterações em sede de reunião, propondo, assim, a adoção desta metodologia para o futuro. -----

O Senhor Vereador João Gomes pediu a palavra para sugerir algumas alterações à ata, designadamente na página oito, no penúltimo parágrafo, no âmbito das suas declarações relativas ao protocolo celebrado pelo Município com a AJAP, tendo as referidas sugestões de alteração sido aceites. -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

2-PROPOSTA DE ATA EM MINUTA, PARA APROVAÇÃO -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente informou que o município António Cardoso se encontrava presente na reunião para usar da palavra, tendo aproveitado a ocasião para lhe endereçar, em nome de todos os presentes, os mais sinceros parabéns, por ocasião da celebração do seu aniversário. -----

O município António Cardoso usou da palavra, começando por endereçar votos de um excelente ano de 2026 a todos os presentes, incluindo o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, fazendo igualmente referência à Senhora Vereadora Dra. Luísa Gomes, apesar da sua ausência, bem como aos técnicos do Município. De seguida, apresentou um conjunto de questões que considerou relevantes, começando por alertar para a situação da localidade da Estação, que classificou como potencialmente perigosa em termos de segurança e risco de incêndio, referindo a existência de terrenos com falta de limpeza e de edifícios em estado de ruína, com estruturas degradadas, localizados a escassa distância de várias habitações, incluindo a sua residência e a de outros moradores. Informou que, no ano anterior, após apresentação de queixa, elementos do SEPNA da GNR se deslocaram ao local, tendo-lhe sido transmitido que, tratando-se de terrenos agrícolas, a obrigatoriedade de limpeza se limita a cinco metros a partir das paredes das edificações e que a situação das ruínas não seria da competência daquela força, mas sim da Câmara Municipal. Abordou ainda a situação da praia fluvial, defendendo a necessidade de alguma manutenção durante o período de inverno, uma vez que o espaço continua a ser utilizado por municípios, nomeadamente através da remoção do lixo dos recipientes existentes e da limpeza dos sedimentos resultantes das cheias, de forma a permitir o acesso ao passeio junto ao rio Mondego. Apresentou igualmente uma sugestão, que referiu ter sido proposta pelas suas netas mais velhas, no sentido da criação de um dia dedicado à limpeza de estradas e caminhos do concelho, envolvendo escolas, associações, escuteiros, Juntas de Freguesia e a população em geral. Por último, manifestou o entendimento de que o Município deverá continuar a prestar especial atenção ao apoio às associações locais, em particular àquelas que dinamizam atividades no concelho e promovem o nome de Fornos de Algodres fora do território, concluindo a sua intervenção com um agradecimento pela atenção dispensada e reiterando os seus votos de um bom ano de 2026. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, agradecendo a intervenção do município António Cardoso, tendo começado por referir que a sugestão apresentada pelas suas netas seria, sem margem para dúvidas, acolhida pelo Executivo

Municipal, acrescentando que o Senhor Vereador Bruno Costa, na qualidade de responsável pelo Pelouro do Ambiente, promoverá uma iniciativa simbólica de valorização da referida proposta, ao mesmo tempo que assegurou que será igualmente acautelada a questão da limpeza e manutenção da Praia Fluvial, por se tratar de um espaço de reconhecida importância para o concelho. -----

Relativamente à questão da Estação, o Senhor Presidente referiu que se trata de uma matéria integrada no Programa Eleitoral do Partido Socialista, estando previstas intervenções a iniciar-se de forma faseada, sublinhando, contudo, que, no que respeita às habitações em estado de ruína, existem constrangimentos legais, designadamente a necessidade de aprovação de um Código Municipal de Posturas que permita enquadrar e apoiar a atuação da Guarda Nacional Republicana em matérias relacionadas com a limpeza e a segurança no perímetro das edificações, acrescentando que a zona da Estação reveste um carácter histórico e apresenta situações particularmente graves que colocam em risco as habitações envolventes, não sendo, porém, possível à Guarda Nacional Republicana intervir enquanto o referido Código Municipal de Posturas não se encontrar aprovado, manifestando a expectativa de que o mesmo venha a ser submetido e aprovado em sede de Assembleia Municipal até ao mês de junho. -----

No que respeita às habitações que se encontram em avançado estado de degradação ou em fase de demolição, o Senhor Presidente referiu que se verifica sempre uma grande dificuldade de intervenção, uma vez que, caso o Município avance com uma ação de posse administrativa, fica automaticamente obrigado a realizar a intervenção dentro do prazo que é estipulado e imposto ao proprietário, o que se torna inviável, atendendo a que o Município de Fornos de Algodres não dispõe de capacidade orçamental para intervir em todas as casas devolutas existentes no concelho. Ainda sobre esta matéria, informou que o Município já procedeu, no passado, a algumas posses administrativas, não tendo, contudo, sido ainda ressarcido das despesas inerentes às intervenções realizadas, acrescentando que, atualmente, se encontra em vigor um protocolo celebrado com a Autoridade Tributária, o qual permite que seja essa entidade a proceder à notificação dos proprietários e à cobrança coerciva das despesas suportadas pelo Município. Informou ainda que está prevista a implementação, na zona da Estação, de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), instrumento que poderá permitir ao Município conceder benefícios fiscais com vista a incentivar os proprietários a realizar intervenções nas suas habitações, acrescentando que, no seio da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, existe já um conjunto de Presidentes de Câmara que defendem que as habitações em estado de ruína, quando causam prejuízos ou riscos para terceiros, não devem beneficiar do adicional ao IMI, devendo antes ser tributadas de acordo com a sua potencialidade de reconstrução e não com base no edificado existente. Para terminar, o Senhor Presidente referiu que se trata de uma matéria que se encontra em fase inicial de discussão e relativamente à qual a sua posição ainda não se encontra totalmente consolidada, embora, à data, tenda a concordar com esse entendimento, tendo ainda manifestado concordância com o munícipe António Cardoso quanto à necessidade de o Município passar a reforçar os cuidados com a Praia Fluvial durante o período de inverno, sublinhando tratar-se de um espaço de elevada qualidade paisagística que, no último verão, registou cerca de doze mil visitantes. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara

(Dr. Alexandre Filipe Fernandes Lote)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado
no Gabinete de Apoio à Presidência